



## [Nota de Repúdio contra o artigo "Salário de iniciante: R\\$ 5 mil"](#)

### *Nota de Repúdio*

A respeito do artigo "Salário de iniciante: R\$ 5 mil", escrito pelo diretor-geral da Aneel, Sr. Jerson Kelman, publicado na edição de 16 de setembro do jornal "O Globo" (Coluna Opinião), o **Sinagências** vem a público repudiar os termos com que o dirigente se referiu aos recursos humanos das Agências Reguladoras, defendendo a surreal "terceirização" das atividades de suporte à regulação.

As Agências vêm pagando um preço caro por oferecer salários inadequados a seus servidores: evasão, baixa auto-estima e desmotivação. Após várias gestões do **Sinagências** nesses últimos três anos, foi possível sensibilizar o governo federal, que editou a Medida Provisória nº 441/2008, elevando a remuneração dos servidores dos Quadros Efetivo e Específico para patamares mais condizentes.

Os argumentos contido no texto do Sr. Kelman são míopes, enviesados e desprovidos de qualquer senso público, uma vez que defende a terceirização no lugar dos concursos públicos de provas e títulos, uma conquista do Estado Democrático de Direito.

O diretor-geral da Aneel, referindo-se aos servidores lotados nas atividades administrativas e de apoio, insinua que tais atribuições seriam menos importantes e, por isso, poderiam ser terceirizadas. Engana-se o dirigente, pois as atividades de suporte à regulação são essenciais para o bom desempenho dos órgãos reguladores, em benefício da sociedade e no atendimento do interesse público. O sucesso da regulação e das ações de fiscalização dependem diretamente das medidas prévias efetuadas pelas áreas administrativas.

Salários mais decentes irão atrair o perfil do profissional que as Agências Reguladoras necessitam. Precisamos de gestores públicos que encontrem as causas dos problemas e não fiquem apenas no trato superficial e sensacionalista das conseqüências. A gestão de recursos humanos nas Agências precisa de soluções e terceirização não é nem de longe uma delas.

### *Diretoria do Sinagências*

**Abaixo, para conhecimento de todos, segue a íntegra do artigo:**

### **Salário de iniciante: R\$5 mil**

Jerson Kelman | O GLOBO - OPINIÃO - 16/09/2008

Há uma transformação em curso na administração pública federal decorrente de uma orientação governamental para que praticamente todas as atividades sejam realizadas por servidores públicos e não por funcionários terceirizados. No caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, o apoio administrativo passou a ser realizado nos últimos anos por servidores de nível médio. Como aponta o editorial do GLOBO (29/08/08), "contratar funcionários estáveis significa eternizar uma despesa flexível na terceirização".

Há razoável convergência entre os estudiosos do tema no sentido de que as atividades típicas de Estado - fiscalização, por exemplo - devem ser exercidas por servidores estáveis. Porém, quando se trata de atividades de apoio, há quem defenda, como é o meu caso, que haja flexibilidade. Passados alguns anos da substituição de terceirizados por concursados, é possível abandonar o enfrentamento ideológico pela nua e crua observação dos fatos. Vamos a eles.

Quatro anos atrás a Aneel assinou um Termo de Compromisso com o Ministério Público que estabeleceu a meta de realizar o provimento dos cargos das carreiras criadas pela lei nº 10.871/04, no período de 2004 a 2006, com a conseqüente dispensa do pessoal contratado de forma terceirizada. Em 2004 realizou-se o primeiro concurso público

para preenchimento de vagas para 220 cargos de nível superior e 70 de nível médio (técnicos administrativos). Depois de um ano, só restavam 44 desses servidores. Ou seja, uma perda de 37%!

Um novo concurso para o provimento de 130 técnicos administrativos só pôde ser realizado em 2006, após autorização do Planejamento que detém a competência para permitir esse procedimento. Porém, apenas metade dos que tomaram posse desde 2004 continua na Aneel. O que explica o fenômeno?

Para responder a essa questão é preciso analisar o perfil de quem passa nesses concursos públicos. A grande maioria deles, 84%, tem nível superior e os restantes 16% são alunos do terceiro grau. Portanto, todos são superqualificados para as funções de nível médio. No entanto, esses servidores não se avexam da situação porque, basicamente, "estão de passagem". Ou seja, técnico administrativo é, em geral, uma "carreira trampolim", que serve apenas para posicionar o profissional numa situação confortável para a realização do próximo concurso, se possível a curtíssimo prazo.

Nada de errado que um servidor de nível médio aspire e se prepare para passar em concurso de nível superior. Só que, em se tratando de um fenômeno generalizado, a Agência perde a memória institucional e torna-se cronicamente deficitária de apoio administrativo.

A recente medida provisória 441 tenta resolver o problema por meio de um reajuste salarial de 100%. Agora o vencimento de um servidor de nível médio em início de carreira é cerca de R\$5 mil. Como esse valor é muitíssimo acima do mercado, a tendência é de diminuição da evasão. Porém, a um custo proibitivo para o país. Melhor seria permitir a terceirização.

JERSON KELMAN é diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

[www.sinagencias.org.br](http://www.sinagencias.org.br)

Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - Sinagências

*SBS, Qd. 01, Bloco "K", Ed. Seguradoras, 7º andar, salas 708/714, CEP: 70093-900 - Brasília/DF  
Telefone: (61) 3962-5000 / Fax: (61) 3962-5001  
E-mail: comunicacoes@sinagencias.org.br*

© 2004-2008 Sinagências - Todos os direitos reservados.

Para receber os informativos do Sinagências, [Clique aqui](#) e adicione o seu e-mail em nossa lista.

Caso você não queira mais receber os informativos, [Clique aqui](#).